

inovação
inovação *Concurso Inovação na*
inovação *Gestão Pública Federal*

Experiência:

Como promover e trabalhar em parceria

Ministério da Saúde — Instituto Nacional do Câncer — INCA
Coordenadoria de Programas de Controle do Câncer — PRO-ONCO

Responsável: Maria Inez Pordeus Gadelha

Equipe: Luiz Eduardo Atalécio, Maria de Fátima Góes, Pedro Luiz Fernandes e Pilar Schlapfer Prado

Endereço: Av. Venezuela, 134 — Bloco A — 9o andar— Centro
Rio de Janeiro, RJ — CEP: 20081-310
Telefones: (021) 263 6565 — Fax: (021) 263 9297

Relato

Os custos dos tratamentos de pacientes terminais é muito alto em todas as sociedades. Nos países em desenvolvimento, entretanto, esses serviços chegam a ser 100 vezes mais onerosos que nos países desenvolvidos. No Brasil, os procedimentos médicos de alta complexidade absorvem elevada parcela dos recursos do SUS, particularmente nas especialidades de nefrologia e oncologia, ao mesmo tempo em que atingem uma parcela reduzida da população. Por isso, muitos municípios deixam de assumir o modelo de gestão plena ou semiplena do SUS, impedindo avanços na administração do sistema municipal de saúde.

Essa atitude receosa decorre da falta de informação sobre a situação real, bem como do desconhecimento da possibilidade de adotar mecanismos de controle e avaliação, que permitem o ajuste do sistema para melhor adequação e utilização dos recursos disponíveis. Essas dificuldades se expressavam pelo fato de que, com a implantação do SUS, o Ministério da Saúde passou a receber grande número de solicitações de assessoria na área de revisão e auditoria do pagamento de contas em oncologia.

A partir da percepção das dificuldades existentes, foi elaborado e implantado um programa de controle e avaliação em oncologia (atendimento ambulatorial em quimioterapia e radioterapia), mediante parceria entre o Inca/Pró-onco e o SUSCampos. A experiência possui caráter inovador por se basear no trabalho em parceria entre as instituições, agregando os diversos agentes do processo; por se orientar para o desenvolvimento de parâmetros de controle e avaliação a partir de dados gerados pelo próprio programa; e por estabelecer forma de aplicação que respeita a realidade e as necessidades locais e regionais. Com base no trabalho conjunto do Inca/Pró-onco e do Núcleo de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde de Campos-RJ (SUS-Campos), iniciou-se a análise do processo de solicitação, autorização, pagamento e controle dos serviços prestados em quimioterapia e radioterapia. Decidiu-se criar uma Ficha de Registro de Casos que permitisse uma melhor avaliação destes e dos tratamentos indicados. A análise das fichas indicou que os prestadores de serviços atuavam quase totalmente sem critérios na indicação e aplicação dos tratamentos. Com este diagnóstico, decidiu-se manter os pagamentos até que o

processo fosse corrigido; treinar auditores e revisores, visando capacitá-los efetivamente ao entendimento e interpretação dos dados informados ao SUS-Campos, por meio do preenchimento das fichas. Efetuou-se o treinamento dos auditores e revisores, tendo como resultado o aperfeiçoamento da Ficha de Registro de Casos e da documentação indispensável (laudo histopatológico) e o estabelecimento de procedimentos de análise técnica das fichas geradas. Meses depois realizou-se o segundo treinamento, envolvendo também os prestadores de serviços, quando se tomaram importantes decisões: preenchimento completo das fichas e agilização do seu encaminhamento ao Núcleo de Controle e Avaliação e do retorno das mesmas ao prestador; limitação do tempo solicitado para aplicação do tratamento e do número de ciclos indicados, com possibilidade de prorrogação sob justificativa; autorização mensal dos procedimentos solicitados; aplicação de condutas terapêuticas atualizadas.

A partir dessa experiência, os profissionais do Inca/Pró-onco desenvolveram modelos de interpretação para as tabelas do SIH e SIA para pagamento de quimioterapia antineoplásica, desligando-as de drogas, conciliando-as com as finalidades terapêuticas previstas e acrescentando-lhes definições e orientações gerais de padrão internacional. Esses modelos destinavam-se a facilitar o trabalho de auditores e revisores, além de estimular o diagnóstico mais precoce do câncer. A aplicação do programa baseia-se nas informações que o prestador de serviço fornece e solicita ao preencher a ficha de registro dos casos. Cabe ao revisor buscar a coerência interna entre as informações da ficha e correlacionar a finalidade do tratamento proposto pelo prestador com a classificação dos grupos tumorais por finalidade terapêutica. Esta, por sua vez, relaciona-se com grupos e códigos respectivos das Tabelas SIH e SIA/ SUS. Em seguida, o revisor libera o tratamento de acordo com as definições e orientações gerais que recebeu durante o treinamento. Os casos questionáveis ou omissos são encaminhados por fax ao Inca/Pró-onco, para análise e opinião, retornando com o parecer em até 48 horas. Criou-se um sistema de arquivamento, cadastramento e fluxo simplificado informatizado, que serve de base de informações de fácil acesso por cada SUS. Os auditores se integram à equipe de treinamento e utilizam a base de informações do programa, rapidamente ganhando independência. Com os resultados obtidos outros SUS solicitaram acesso ao programa. O Inca elaborou uma agenda de implantação por etapas; um curso de treinamento cuja duração varia conforme a experiência dos treinandos (experiência em auditoria, profissão básica, etc); material didático específico e propostas de tabelas e procedimentos compatíveis com a boa prática da oncologia e com o processo de avaliação e controle.

Resultados

Observou-se uma redução de mais de 50% nos gastos com quimioterapia, cujos custos exibem uma tendência progressiva ao declínio. Os gastos com radioterapia exibem padrão variável, visto que os mecanismos de controle e avaliação ainda se encontram em implantação. Houve ganho em qualidade das indicações terapêuticas. Desenvolveu-se maior motivação entre os auditores e revisores, que passaram a dispor de instrumentos mais eficazes para realizar seu trabalho. Melhorou o entendimento e a organização do fluxo de informações entre o SUS-Campos e os prestadores. Os prestadores reconheceram a necessidade de melhor organizar seus serviços e de iniciar um registro adequado dos casos. Ocorreu uma melhoria generalizada na qualidade das informações. O SUS-Campos tomou a iniciativa de utilizar o registro de mortalidade e de programar outros tipos de registro que possam favorecer o controle e avaliação em oncologia. Passou a ser desenvolvida uma metodologia de bases realistas para aplicar-se a um programa de controle e avaliação em oncologia. Surgiu a possibilidade de acompanhamento dos casos e de avaliação dos resultados dos tratamentos aplicados.